



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**TAINARA DOS SANTOS ALMEIDA**

**DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR  
DO ESTÁGIO CURRICULAR**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2024**

**Tainara dos Santos Almeida**

**Desafios da inclusão na educação infantil: reflexões a partir do estágio curricular**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de licenciado em Pedagogia

Orientadora: Dra. Ana Corina Machado Spada

Miracema do Tocantins, TO

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

A447d Almeida, Tainara dos Santos.

Desafios da inclusão na educação infantil: reflexões a partir do estágio curricular. / Tainara dos Santos Almeida. – Miracema, TO, 2024.

19 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2024.

Orientadora : Dra. Ana Corina Machado Spada

1. Educação especial e inclusiva. 2. Formação docente. 3. Educação infantil. 4. Estágio curricular. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

TAINARA DOS SANTOS ALMEIDA

DESAFIOS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DO  
ESTÁGIO CURRICULAR

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de Pedagoga e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 12 / 09 / 2024

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Ana Corina Machado Spada, Orientadora - UFT

---

Profa. Dra. Juliana Ipolito, Avaliadora - UFT

---

Profa. Dra. Kethlen Leite de Moura-Berto, Avaliadora - UFT

Dedico esta pesquisa aos profissionais de educação que se dedicam, diariamente, a formar cidadãos, acreditando ser esse o melhor caminho para a transformação social.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente ao meu Deus por conceder-me a oportunidade de desfrutar mais um momento, vivenciando tudo aquilo que Ele a mim prometeu.

Expresso minha gratidão aos meus pais, Sonia Pinto dos Santos e Pedro Avelino de Almeida, estendendo meus agradecimentos a toda minha família, pelo apoio constante em todos os momentos, desde minha entrada até a conclusão do curso.

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Corina Machado Spada, agradeço por me acolher nos momentos mais desafiadores, por indicar o caminho e caminhar ao meu lado até a conclusão deste trabalho.

Às docentes Dra. Juliana Ipolito e Kethlen Leite de Moura-Berto, pela leitura do texto e contribuições para sua melhoria.

Não posso deixar de expressar minha gratidão às minhas amigas, Madalena Ribeiro Corcino e Railsa Alves Cunha, por nunca permitirem que eu desistisse do curso. Ambas foram meu apoio constante, me incentivando, dando força e ânimo.

Direciono ainda um agradecimento especial aos amigos Thays Guedes da Costa e Marcos Fernando Rodrigues da Silva Corsino, pelo apoio dado a mim nesta jornada.

Estendo minha gratidão a todos os servidores da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, especialmente aos professores que contribuíram significativamente para a minha formação.

Eterna gratidão ao leitor que acessa esta produção. Que as informações aqui contidas possam auxiliar o trabalho docente, contribuindo com a melhoria da educação pública.

## RESUMO

A inclusão de estudantes com necessidades especiais no sistema regular de ensino é uma questão amplamente discutida no âmbito educacional. A inclusão desde a educação infantil, envolvendo planejamento e adaptação de ambientes, materiais e práticas pedagógicas, pode assegurar não somente o direito ao acesso a educação de qualidade, mas, principalmente um adequado aprendizado e desenvolvimento às crianças. Esta pesquisa tem como objetivo primário conhecer como se desenvolve a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil, tendo como base uma instituição pública do município de Miracema do Tocantins, TO. A abordagem que orienta o estudo é de natureza qualitativa, pautada na observação participante, realizada ao longo do estágio curricular supervisionado do curso de Pedagogia. A revisão de literatura pauta-se nas principais legislações voltadas a área, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2006), as Diretrizes para o Atendimento Educacional Especial (BRASIL, 2009), a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), bem como em pesquisas desenvolvidas por Bueno (2008), Carvalho (2010) entre outros. A análise dos dados demonstrou que há um significativo esforço do corpo docente e também da equipe escolar em construir um ambiente inclusivo, voltado ao atendimento das demandas apresentadas pelas crianças com necessidades especiais, contudo, muitos são os entraves cotidianos para a melhoria das condições oferecidas, dentre eles destacaram-se: infraestrutura, materiais pedagógicos, rotinas rígidas e necessidade de qualificação docente.

**Palavras-chaves:** Educação Inclusiva. Formação Docente. Educação Infantil.

## **ABSTRACT**

The inclusion of students with special needs in the regular education system is a widely discussed need in the educational field. The process of inclusion in early childhood education, involving planning and adaptation of environments, materials and pedagogical practices, can ensure not only the right to access to quality education, but, above all, adequate learning and development of children. Using Brazilian educational legislation such as the Education Guidelines and Bases Law (BRASIL, 1996), the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (BRASIL, 2006), the Guidelines for Special Educational Assistance (BRASIL, 2009), the Law Brazilian Institute of Inclusion (BRASIL, 2015) we discussed inclusion in Early Childhood Education. This research's primary objective is to understand how the inclusion of children with special needs in early childhood education develops, based on a public institution in the municipality of Miracema do Tocantins, TO. The approach that guides the study is qualitative in nature, based on participant observation, carried out throughout the supervised curricular internship of the Pedagogy course. Data analysis demonstrated that there is a significant effort by the teaching staff and also the school team to build an inclusive environment, aimed at meeting the demands presented by children with special needs, however, there are many daily obstacles to improving the conditions offered, among them, the following stood out: infrastructure, teaching materials, rigid routines and the need for teacher training and qualifications.

**Key-words:** Inclusive Education. Teacher Training. Early Childhood Education.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PPGCom	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
UFT	Universidade Federal do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E ANÁLISE .....</b>	<b>16</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>18</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a educação especial na perspectiva da inclusão, considerando que a mesma será alcançada bom base na criação de condições e contextos educacionais adequados.

A escolha da temática de estudo se deve às experiências vividas ao longo da trajetória acadêmica, especialmente aquelas decorrentes do estágio curricular. A imersão nas escolas campo mostrou desafios enfrentados pelos profissionais docentes ao longo de sua jornada laboral. As instituições educacionais, atendendo à proposta de promoção de uma educação inclusiva, têm recebido números crescentes de estudantes com transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, deficiência auditiva, deficiências cognitivas entre outras.

Durante a realização do estágio foi possível perceber que nem sempre o profissional docente está suficientemente capacitado<sup>1</sup> para atender a todas às demandas e necessidades apresentadas pelos estudantes. Foi necessário, portanto, recorrer às experiências de estágio para realizar reflexões a respeito das práticas inclusivas no âmbito da educação infantil, orientadas pela legislação educacional brasileira e também pesquisas científicas.

Para orientar o desenvolvimento do estudo foi formulado o seguinte problema de pesquisa: quais são e como se apresentam as práticas pedagógicas inclusivas no âmbito da educação infantil?

Há a compreensão de que as práticas inclusivas desenvolvidas por docentes devem considerar a oferta de um Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido como um “[...] conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” (BRASIL, 2011, p. 2). Diante disso, partimos da hipótese de que as práticas pedagógicas inclusivas são compostas por escolhas, decisões e fazeres cotidianos que se desenvolvem no âmbito escolar e estão direcionados ao processo de ensino e aprendizagem. Logo, é necessário perceber se há respaldo de conhecimento especializado na área da educação especial e também da educação infantil nas práticas pedagógicas adotadas.

---

<sup>1</sup> A Resolução CNE/CEB N° 2/2001 define que os professores que trabalham com alunos que apresentem “necessidades educacionais especiais” são os capacitados e os especializados. Os docentes capacitados são aqueles que atuam na sala de aula comum, atendendo a estudantes com necessidades educacionais especiais e cuja formação ocorreu no âmbito de cursos de nível médio ou superior, com a inclusão de conteúdos sobre educação especial. Os profissionais especializados são aqueles que podem ter formação em licenciatura em Educação Especial ou em cursos de pós-graduação em áreas específicas da educação especial.

O objetivo primário que orienta a pesquisa baseia-se em conhecer como se desenvolve a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil, tendo como base uma instituição pública do município de Miracema do Tocantins, TO.

Entre os objetivos específicos estão: discutir a educação especial na perspectiva da inclusão no âmbito da educação infantil; identificar quais são os maiores desafios ao processo de inclusão na educação infantil; discutir a formação inicial docente voltada às práticas inclusivas tendo como referência a experiência de estágio.

No próximo tópico é apresentada a revisão de literatura e nas etapas subsequentes são evidenciados os procedimentos metodológicos e os resultados obtidos pelo estudo.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A inclusão de pessoas com deficiência na dinâmica social, visando promover sua participação e a integração representa uma temática de grande relevância, uma vez que até meados do século XX predominava a segregação, o isolamento e a exclusão das mesmas.

Para garantir os direitos sociais das pessoas com deficiência, todo um aparato legal foi progressivamente construído, mas, devido ao foco do estudo aqui apresentado, serão abordadas pontualmente normativas voltadas à área educacional e que discutem a educação especial na perspectiva da inclusão.

É possível afirmar que os primeiros documentos a regulamentar os direitos das pessoas com deficiência foram estruturados com o processo de redemocratização do país, após vinte e um anos de ditadura militar no Brasil. Visando retomar a garantia dos direitos sociais, extensivos a diferentes segmentos da população, a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, busca assegurar direitos básicos, incluindo em seu texto as pessoas com necessidades especiais.

Araujo (2005) pontua que a Constituição Federal de 1988 trata a questão da deficiência na perspectiva da igualdade, que se traduz em diferentes dispositivos legais, delimitando a igualdade das pessoas com deficiência perante a lei no artigo 5º, proibindo a discriminação. Além disso, no âmbito educacional, o artigo 208, inciso III estabelece como dever do Estado a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) às pessoas com deficiência, preferencialmente no sistema regular de ensino.

Há que se considerar que as normativas voltadas ao atendimento educacional inclusivo para pessoas com deficiência foram amplamente influenciadas pela Declaração de Salamanca, uma resolução das Nações Unidas que apresenta princípios, políticas e práticas em educação especial. Esse documento foi elaborado em uma conferência mundial realizada no ano de 1994, em Salamanca, na Espanha, com o intuito de apontar diretrizes básicas para a formulação e reformas de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão (REIS, 2010).

De acordo com Bueno (2006, p. 16) apesar de conter uma proposta de promoção de educação para todos<sup>2</sup>, “as políticas educacionais de todo o mundo fracassaram no sentido de

---

<sup>2</sup> Perspectiva de compreensão do atendimento educacional baseada nas discussões e documentos elaborados a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada no ano de 1990, em Jomtien, Tailândia, com a

estender a todas as suas crianças a educação obrigatória e de que é preciso modificar tanto as políticas quanto as práticas escolares sedimentadas na perspectiva da homogeneidade do alunado”.

A abordagem inclusiva está presente na elaboração do Plano Nacional de Educação, tanto em sua primeira versão (2001-2011) quanto na atual (2014-2024)<sup>3</sup> também assume a perspectiva da educação inclusiva como forma de enfrentamento da segregação e da dificuldade em promover uma educação sem entraves ao acesso ao conhecimento.

Ao longo da década de 2000 observa-se um movimento de desregulamentação da educação e a recomposição de uma nova regulamentação orientada por premissas apresentadas pelo Banco Mundial. Esse processo é feito com base na reestruturação curricular de etapas e modalidades da Educação Básica (SPADA, 2016). Sendo assim, é possível verificar a reestruturação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, formalizada pela Resolução CNE/CEB Número 2, de 11 de setembro de 2001.

O documento traz recomendações aos sistemas de ensino, como: implantação da educação especial em todas as etapas da Educação Básica; apresenta referenciais para a implementação da educação especial, orientando o planejamento curricular nas instituições escolares; recomendações para a formação profissional docente para a educação inclusiva; recomendações ao cumprimento do disposto na LDB, em seu Capítulo V, artigos 58, 59 e 60.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica estão organizadas em dois grandes temas, sendo eles: a organização dos sistemas de ensino para o atendimento ao estudante que apresenta necessidades educacionais especiais; a formação docente. Há no documento uma explicação detalhada a respeito de como as instituições educacionais devem se organizar para promover atendimento especializado aos estudantes com necessidades educacionais especiais, considerando o emprego de práticas inclusivas e que minimizem os obstáculos ao desenvolvimento e à aprendizagem.

No ano de 2006 foi realizada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com o intuito de assegurar o sistema de Educação Inclusiva. Esse documento representa mais um esforço de orientar e apontar caminhos para que as instituições escolares

---

presença de representantes de 157 países, firmando um compromisso de promoção do acesso universal à educação e o combate ao analfabetismo.

<sup>3</sup> Trata-se da Lei Federal Número 10.172/2001 e da Lei Federal Número 13.005/2014, respectivamente.

planejem e implementem medidas para compor em seu cotidiano condições para a oferta de uma educação inclusiva.

Em 2009, a Resolução CNE/CEB Número 4/2009 apresenta Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado, preconizando a adaptação curricular, de práticas pedagógicas, de materiais e espaços de modo a assegurar o acesso dos estudantes com necessidades especiais ao aprendizado, sem entraves, bem como sua plena inserção no contexto formativo educacional. Esse processo, de acordo com o documento, pode ser feito, inclusive, com a criação de salas de recurso, emprego de tecnologias assistivas e uso de materiais adaptados às necessidades estudantis.

Assentada nas premissas da inclusão verifica-se a promulgação no ano de 2015 da Lei Federal Número 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), retomando os princípios apresentados pelos documentos anteriores e reforçando a inclusão como premissa primordial no processo de inserção de estudantes com necessidades especiais nos sistemas regulares de ensino.

É evidenciado pela trajetória das principais normativas direcionadas ao atendimento educacional especial e inclusivo que há delimitação do que deve ser feito pelos sistemas de ensino, mas, a despeito da regulamentação, autores como Almeida (2018), Bueno (2008), Carvalho (2010), Tahim (2018) consideram a dificuldade no cumprimento dessas demandas.

Se por um lado há descrições precisas de como o AEE deve se concretizar no cotidiano educacional, por outro, esbarramos com entraves relacionados a falta de investimento do poder público na infraestrutura e materiais para tornar o trabalho inclusivo viável e, principalmente a necessidade de melhoria da formação do profissional docente para o atendimento de crianças com necessidades educacionais especiais na perspectiva da inclusão.

Logo, é possível afirmar que o enfrentamento da questão requer estudo, reflexões, planejamento e ação voltados a concretização de uma verdadeira inclusão. Assim, vale destacar que para que as práticas pedagógicas possam ser consideradas inclusivas, é necessário que as mesmas possam ser planejadas e realizadas de modo a favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes presentes no ambiente escolar, considerando as diversidades entre eles e procurando contemplá-las.

Por outro lado, para que as práticas inclusivas sejam estabelecidas e bem-sucedidas no âmbito escolar, é necessário que as condições sejam criadas, sendo que, a principal delas contempla a formação docente.

Essa constatação delineou a etapa seguinte: o desenvolvimento de um estudo com o intuito de conhecer melhor as condições da inclusão nos ambientes educacionais. Considerando as inúmeras demandas formativas do curso de Pedagogia, procurou-se otimizar os trabalhos recorrendo ao estágio como meio de coleta de dados e registros reflexivos para a composição do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação.

O percurso metodológico adotado, bem como a abordagem utilizada na estruturação da pesquisa são apresentados no tópico a seguir.



### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estruturação da pesquisa baseou-se nas vivências de estágio curricular realizado no âmbito das disciplinas Estágio da Educação Infantil 1 e 2, mas, devido a necessidade de delimitação do objeto de estudo, recorreremos às experiências da primeira disciplina, cujas atividades se concentraram na creche, que atende a crianças entre um ano e seis meses a três anos e seis meses de idade.

A abordagem selecionada é a qualitativa, pautada no método indutivo, centrado na ideia de que, pela observação de um contexto, torna-se possível a teorização de premissas gerais que favorecem a aproximação do fenômeno estudado. Dessa forma, os dados que retratam um fenômeno na dimensão microssocial podem sofrer generalizações que favoreçam uma melhor compreensão das dimensões macrossociais, dada a similaridade das dinâmicas vividas pelos sujeitos.

Com base nos elementos citados considera-se a relevância do cuidado com o referencial teórico e com a aproximação metodológica da pesquisa. Para Minayo (2001) a metodologia inclui concepções teóricas de abordagem, contemplando um conjunto de técnicas que possibilitam uma construção interpretativa de um contexto social estudado. Assim, teoria e metodologia caminham juntas, sendo que a composição da última deve ser orientada por um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

Visando estruturar a coleta e a interpretação dos dados de forma coerente, a aproximação do objeto de estudo se desenvolveu por meio de observação participante, em uma creche pública do município de Miracema do Tocantins, TO. As observações visaram identificar processos de inclusão de crianças com necessidades especiais na instituição educacional e, para tanto, o estudo foi orientado pelos seguintes critérios de análise: organização dos espaços e criação de contextos de aprendizagem; rotinas; materiais pedagógicos e intervenções da equipe pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem.

As observações foram registradas em um diário de campo que recebia relatos descritivos, análises e questionamentos das situações observadas e também das vivências ao longo do período de cerca de trinta dias. O registro e a interpretação dos dados são descritos a seguir.

#### 4 RESULTADOS E ANÁLISE

A coleta de dados utilizada na elaboração deste estudo ocorreu ao longo da realização do estágio curricular na Educação Infantil, em uma creche pública de Miracema do Tocantins, TO. Como critérios para a seleção da instituição educacional campo de estágio e pesquisa foram considerados: a instituição apresenta o maior número de crianças diagnosticadas com necessidades especiais; por ser a creche mais antiga do município; devido ao fato de que o corpo docente apresentava especialização em educação infantil.

A observação participante ocorreu ao longo de trinta dias e cada etapa do processo foi registrada em um caderno de campo que abrigava relatos do que havia sido observado e reflexões feitas com base nas vivências na instituição campo de estágio, leituras de textos e dinâmicas formativas ao longo da disciplina de estágio em educação infantil.

O acompanhamento do cotidiano educacional na instituição de ensino promoveu a percepção de que embora a creche funcione em um prédio cedido, com infraestrutura inadequada às necessidades das crianças, os docentes e funcionários apresentavam-se unidos em prol do atendimento das necessidades infantis. Assim, foi possível constatar uma mobilização coletiva dos profissionais para incluir a todas as crianças nas atividades e rotinas propostas ao longo de sua estadia na instituição, principalmente aquelas com necessidades especiais.

As docentes esforçavam-se para planejar atividades e construir materiais que promovessem a participação das crianças, sobretudo considerando que as quatro crianças com diagnóstico concluído por meio de laudo médico eram autistas, sendo duas delas em grau severo. Foi possível observar a dedicação das professoras regentes e auxiliares para integrar essas crianças nas atividades e rotinas escolares.

Ao longo do processo foi identificada uma constante busca por adaptação curricular, de rotinas e materiais para que as crianças se integrassem às propostas e ação pedagógica de docentes e funcionários apresentou-se direcionada no sentido de promover uma maior autonomia às crianças, orientando-as a comer sozinhas, higienizar mãos, tomar banho, vestir-se e calçar sapatos. Foi possível verificar que os profissionais atuavam de modo bastante presente na orientação e acompanhamento, mediando as experiências para favorecer o aprendizado e oferecer às crianças maior autonomia.

Uma das professoras da instituição, cuja turma foi acompanhada, estava em fase de conclusão de uma especialização voltada ao atendimento de crianças com transtorno do

espectro autista e a mesma passou a compartilhar seus conhecimentos com as colegas de profissão nos momentos de planejamento escolar.

Ao longo das vivências foi possível compreender que o conhecimento sistematizado orientando a ação docente representa um caminho muito favorável para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças com necessidades especiais, além de favorecer a inclusão dessas crianças de uma forma mais efetiva.

Também foi possível constatar que não havia, no momento da construção deste estudo, um adequado investimento do poder público municipal na infraestrutura predial na qual a creche funcional, o que levava as turmas a passarem a maior parte do dia em uma mesma sala. Também não havia um parque ou contextos construídos na área externa da instituição, a fim de que se pudesse propor atividades e propostas de interações diferenciadas para as crianças.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A composição deste estudo estruturado com base nas experiências formativas do estágio supervisionado em educação infantil buscou investigar o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais, considerando uma creche pública do município de Miracema do Tocantins.

O objetivo primário que orientou a pesquisa pautou-se em conhecer como se desenvolve a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil, tendo como base uma instituição pública do município de Miracema do Tocantins, TO. As vivências no contexto educacional apontaram que o trabalho pedagógico é minucioso e tem início com o diagnóstico feito por docentes regentes e auxiliares. O acompanhamento atento gera relatórios e, dependendo do que se observa, há um contato com os familiares e a sinalização da necessidade de uma averiguação junto a equipe de especialistas, no caso das crianças sem laudo e/ou diagnóstico fechado.

Os processos de inclusão das crianças especiais puderam ser constatados por meio de práticas pedagógicas, planejamento de atividades e materiais, adaptação de rotinas e atividades e constante estímulo para participação das crianças nas atividades, respeitando a condição de cada uma delas.

As atividades de leitura evidenciaram que, apesar de um corpo legal voltado a garantia de direitos das pessoas com necessidades especiais e a regulamentação de sua inclusão nos sistemas regulares de ensino muitos são os desafios para a concretização desses direitos, dentre eles estão a adequada formação docente; o investimento em infraestrutura e materiais; e a articulação da equipe escolar com unidades de saúde, viabilizando um atendimento multidisciplinar.

As vivências de estágio curricular sinalizaram que a formação inicial não esgota a necessidade de conhecimento para a atuação do profissional docente, o que indica a demanda de uma formação permanente, para melhor preparar docentes e equipe pedagógica para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas no ambiente escolar, promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem sem entraves.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria do Rosário Araújo. **A inclusão no contexto da educação infantil: uma revisão integrativa.** Trabalho de Conclusão de Curso. Cuité (PB), Universidade Federal de Campina Grande, 2018.
- ARAUJO, Luiz Alberto David (org.). Defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB N° 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto Número 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Número 9394**, de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da Educação Especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise.** Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília, DF, CAPES, 2008. p. 43-63.
- CARVALHO, R. E. **Removendo as barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.
- REIS, Nilvânia Maria de Melo. Declaração de Salamanca (verbete). In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário de verbetes GESTRADO.** Belo Horizonte (MG): UFMG, 2010.
- SPADA, Ana Corina Machado. **Tensões e contradições do processo de construção das diretrizes para a política pública de educação infantil do campo.** Tese (321 f.). Doutorado em Educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- TAHIM, Ana Paula Vasconcelos de Oliveira. Educação inclusiva: reflexões acerca das contribuições e desafios no processo educativo. **Revista Expressão Católica**, Quixadá (CE), v. 7, n. 1, p. 44-49, jan.-jun. 2018.